

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – Mesa da Assembleia
- 1.3 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 4/8/2022

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bernardo Mucida – Betão – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Sandro – Delegado Heli Grilo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Léo Portela – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 5, às 10 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/5/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o pagamento de diária de viagem às representantes da sociedade civil do evento Plenária Sempre Vivas 2022 – a Importância da Representatividade das Mulheres na Política. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, tendo como objeto prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal,

agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da Casa – parecer favorável à prorrogação com alterações relativas à proteção de dados pessoais, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 20/4/2022, o servidor Isalino Silva de Albergaria, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de redator-revisor; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a servidora Miriam Gontijo Guimarães Nogueira, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, no exercício da função gratificada de nível superior – FGS; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, designando Patrícia Capanema Silva Duarte Mcguigan para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Gerência de Análise de Processos Funcionais. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/5/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 16/5/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S.A. - Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de

aeronaves, modalidade táxi-aéreo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 178/2022, que altera o art. 6º da Resolução nº 5.347, de 19 de dezembro de 2011 – parecer pela aprovação em primeiro turno, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/5/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Requerimento nº 774/2019, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações, consubstanciadas nas cópias dos documentos, atas, vídeos e demais registros das audiências públicas realizadas durante a Concorrência Pública Internacional nº 006/2017 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.908/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em estudo sobre a viabilidade técnica da implantação de Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher nas regiões Norte e Noroeste do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 10.952/2022, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações ou projetos executados pela pasta com vistas a assegurar aos estudantes com transtorno do espectro autista – TEA – as efetivas condições para inclusão, ensino e aprendizagem no Estado; sobre a implementação e a aplicação do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI; sobre a capacitação ou a qualificação dos monitores e demais profissionais da educação; e sobre as iniciativas para a constante conscientização dos alunos e de toda a comunidade escolar – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 11.100/2022, de autoria dos deputados: Rafael Martins, Alencar da Silveira Jr., Arlen Santiago, Bráulio Braz, Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Charles Santos, Coronel Henrique, Coronel Sandro, Delegada Sheila, Delegado Heli Grilo, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Gil Pereira, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ione Pinheiro, João Magalhães, Leandro Genaro, Mauro Tramonte, Osvaldo Lopes, Sávio Souza Cruz e Thiago Cota, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Thiago Alves Henrique, delegado da Polícia Civil, pelos relevantes serviços prestados à sociedade – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Requerimento nº 11.114/2022, de autoria dos deputados Professor Cleiton, André Quintão, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Coronel Henrique, Delegada Sheila, Doutor Paulo, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ione Pinheiro, João Leite, Leninha, Léo Portela, Marquinho Lemos, Noraldino Júnior, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes e Zé Reis, em que requerem, na forma da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020, a concessão de título de cidadão honorário do Estado ao Sr. Ronaldo Nazário de Lima, mais conhecido como Ronaldo Fenômeno, pela sua trajetória junto ao Cruzeiro Esporte Clube como jogador e, recentemente, como investidor – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. Na continuidade da

reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 30/5/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide manter, em sua totalidade, a Decisão de Aplicação de Penalidade Administrativa, proferida em 12 de abril de 2022, e ratificar a aplicação da multa no percentual de 20% do valor contratual, com base na alínea “b”, inciso III, da cláusula 8.3 do Termo de Contrato nº 99/2021, desprovendo-se o recurso interposto pela empresa Vere Comércio de Equipamentos de Telecomunicações Eireli – EPP. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG –, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à celebração, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de junho de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/5/2022

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos do art. 12, inciso I, “a”, da Deliberação nº 2.598/2014, autoriza a abertura do processo nº 1011014 23/2022, Pregão Eletrônico nº 13/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização de elevadores e prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, declarando que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de

28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 16 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/5/2022

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Mineira dos Municípios – AMM –, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para participação da ALMG no 37º Congresso Mineiro de Municípios – parecer favorável à celebração, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vitha Service – Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Eireli, tendo como objeto a cessão de mão de obra de vigias e porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos e materiais que se fizerem necessários – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 26/5/2022

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite Projeto de Resolução nº 178/2022, que altera o art. 6º da Resolução nº 5.347, de 19 de dezembro de 2011 – parecer pela aprovação em 2º turno na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Ofício nº 901/2022, que encaminha o Decreto nº 450, de 30 de dezembro de 2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Contagem, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do Projeto de Resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 905/2022, que encaminha os Decretos nºs 3.730, de 9 de março de 2022, e 3.056, de 15 de maio de 2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranga, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de Covid-19 – parecer pela aprovação na forma do Projeto de Resolução apresentado, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº

5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 30 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de maio de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/6/2022

Às 9h1min, comparecem à reunião os deputados Delegado Heli Grilo e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Delegado Heli Grilo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida o presidente, deputado Delegado Heli Grilo, passa a palavra ao convidado para, nos termos da Deliberação nº 2.705/2019, prestar informações sobre a gestão da respectiva secretaria, conforme disposto no art. 54 da Constituição do Estado. Em seguida, os parlamentares inscritos dão início às interpelações, que são respondidas pelo secretário, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2022.

Cássio Soares, presidente.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/7/2022

Às 15h35min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pela membra da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, cada um por sua vez, por unanimidade, pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.116/2021, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Marquinhos Lemos) e 3.200/2021, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Andréia de Jesus). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.304 e 11.460/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.765/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Getúlio Vargas, em Belo Horizonte, pedido de providências para agilizar o cadastramento das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, a serem incluídas no Programa de Transferência de Renda, na Bacia do Rio Paraopeba;

nº 12.841/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Adriano Xavier de Vasconcelos pela relevante atuação na defesa dos direitos humanos como prefeito de Ouro Verde de Minas por meio do programa de moradia social, geração e distribuição de renda, do programa de fomento à criação de peixes para consumo de famílias de baixa renda e das políticas de revitalização de nascentes e de acesso à saúde;

nº 12.853/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Diamantina pedido de informações sobre os motivos, chamados de “força maior” por essa câmara, que levaram ao adiamento das audiências de 6/7/2022 e de 13/7/2022, não sendo considerada a mobilização da população local, que há muito tempo demandava a realização desses debates, e sobre os motivos de não terem sido apresentadas novas datas para a realização das referidas audiências;

nº 12.868/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o conteúdo da disciplina Direitos Humanos, que compõe a grade curricular do curso de formação policial, bem como sobre se as temáticas específicas “Terras Tradicionais”, “Comunidades Quilombolas” e “Casas de Matriz Africanas” compõem o conteúdo da referida disciplina, possibilitando às abordagens policiais serem pautadas também pelas relações étnico-raciais e pela cultura afro-brasileira, ressaltando-se que, em caso negativo, sejam incluídas as citadas temáticas na grade curricular dos cursos de formação e capacitação dos policiais;

nº 12.869/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações acerca do conteúdo da disciplina Direitos Humanos, que compõe a grade curricular do curso de formação policial, bem como sobre se as temáticas específicas “Terras Tradicionais”, “Comunidades Quilombolas” e “Casas de Matriz Africana” compõem o conteúdo da referida disciplina, possibilitando às abordagens policiais serem pautadas também pelas relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira, ressaltando-se que sejam incluídas na referida grade caso ainda não façam parte desse conteúdo;

nº 12.886/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações aprovados pela comissão;

nº 12.908/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao 8º Ofício da Promotoria do Ministério Público Federal pedido de providências para que, no escopo de suas competências e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu, envide esforços com o objetivo de que seja mantido, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e que seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – Paebm –, relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos (conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1), cadastro da assessoria técnica da Aedas e avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos do reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida

comunicação da comunidade a esse respeito; e seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas;

nº 12.909/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Itaúna e à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos –, do Ministério Público de Minas Gerais, pedido de providências para que, no âmbito de sua competência e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu seja mantido, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e que seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – Paebm – relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos (conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1), cadastro da assessoria técnica da Aedas e avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos de reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida comunicação da comunidade a esse respeito; seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas;

nº 12.910/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações acerca das ações e iniciativas que vêm sendo concebidas e programadas para um eventual rompimento da barragem da Mina Serra Azul, de propriedade da ArcelorMittal Mineração, localizada em Itatiaiuçu, que impactaria o Rio Manso, integrante do Sistema Paraopeba, responsável por grande parte do abastecimento de água de Belo Horizonte; e seja encaminhado, junto com esta solicitação, o *link* para o inteiro teor da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão, realizada em 11/7/2022, em cuja fase de audiência pública debateram-se as violações de direitos sofridas pela população de Itatiaiuçu no contexto de risco iminente de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul, operada pelo grupo siderúrgico ArcelorMittal, e o risco de desabastecimento hídrico na Região Metropolitana de Belo Horizonte caso a represa Rio Manso seja atingida;

nº 12.911/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, no âmbito de sua competência e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu, de propriedade da ArcelorMittal Mineração, seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e

da assessoria técnica da Aedas; e sejam apuradas as causas das rachaduras nas casas das pessoas atingidas no Bairro Retiro Colonial e verificada sua relação com a atividade minerária no entorno;

nº 12.912/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à presidência da ArcelorMittal Brasil pedido de providências para que, em relação à Mina Serra Azul, localizada no Município de Itatiaiuçu, seja continuado, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – Paebm – relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos, conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1, o cadastro da assessoria técnica da Aedas e a avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos do reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida comunicação com a comunidade a esse respeito; seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas;

nº 12.919/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre as reuniões realizadas pela Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais entre julho de 2019 e maio de 2022, detalhando-se suas pautas e presenças, haja vista a inexistência dessa informação no Ofício Sedese/GAB nº 535/2022, de 7/6/2022, enviado a esta Casa em resposta ao Requerimento nº 10.733/2022, da Comissão de Direitos Humanos, o qual foi encaminhado pela Mesa da ALMG à referida secretaria em 11/5/2022;

nº 12.920/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – pedido de informações a propósito da política de regularização fundiária no Estado, consubstanciadas em levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários no Estado, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana –, e no detalhamento dos recursos orçamentários destinados à regularização fundiária no Estado, previstos e executados, de 2015 até o presente momento, discriminados ano a ano;

nº 12.921/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inbra – pedido de informações a propósito da política de regularização fundiária no Estado, consubstanciadas no levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários em Minas Gerais, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou

urbana –, e no detalhamento dos recursos orçamentários destinados à regularização fundiária em Minas Gerais, previstos e executados, de 2015 até o presente momento, discriminados ano a ano;

nº 12.922/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, previstos e executados e discriminados ano a ano, no período de 2015 a 2018, quando a referida mesa estava sob a coordenação da referida pasta;

nº 12.923/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de informações a propósito da política de regularização fundiária no Estado, consubstanciadas no número de regularizações fundiárias realizadas desde a instituição da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, em 2015, até o presente momento, discriminados ano a ano, por tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana, se referente a terra devoluta ou não –, por comunidade envolvida, especificando, inclusive, se referente a povos e comunidades tradicionais; no levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários no Estado, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana –, e na relação de terras devolutas no Estado, discriminadas por extensão e localização, município e região;

nº 12.940/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Prefeitura Municipal de Diamantina pedido de providências para que seja restabelecido e garantido, permanentemente, acesso à água às famílias que residem na Ocupação Vitória, em Diamantina, de modo que não ocorram novos cortes no fornecimento, como o realizado na manhã do dia 12/7/2022, e para que a Copasa-MG, juntamente com a Prefeitura Municipal de Diamantina e os demais órgãos responsáveis, auxiliem no processo de adequação ao termo de compromisso firmado entre o MPMG e a Copasa-MG, nos termos do Procedimento Administrativo nº 2/2007, a fim de que o governo municipal permita a prestação do serviço por meio da companhia;

nº 12.941/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações de direitos humanos na Penitenciária Professor Jason Albergaria – São Joaquim de Bicas I –, tendo em vista as denúncias de vários casos de autoextermínio dos indivíduos privados de liberdade LGBTQIA+ e os possíveis impactos da interdição parcial da unidade prisional;

nº 12.942/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do plano de ação para cumprimento da Portaria de Interdição Parcial nº 1/2022, da Penitenciária Jason Albergaria, expedida pela juíza de direito titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Igarapé;

nº 12.943/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que o plano de ação visando ao cumprimento da Portaria de Interdição Parcial nº 1/2022, da Penitenciária Jason Albergaria, expedida pela juíza de direito titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Igarapé, considere as especificidades da população LGBTQIA+, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana;

nº 12.948/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao BRT Move – Estação Pampulha e Vilarinho –, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições estruturais da estação, o respeito ao quadro de horários e as condições dos veículos utilizados, entre outras informações concernentes à qualidade do transporte público, considerando-se a mobilidade urbana como meio de promoção dos direitos fundamentais;

nº 12.953/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Alessandra dos Santos Lopes, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto;

nº 12.954/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Camila Queiroz, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto;

nº 12.955/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto;

nº 12.956/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Carla Dayane Moreira Dias, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto;

nº 12.957/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações sobre as providências que estão sendo tomadas para fins de regulamentação da Política Estadual de Segurança de Barragens e da Política Estadual dos Atingidos por Barragens, de que trata a Lei nº 23.795, de 15/1/2021, especialmente no tocante às regras e prazos para a realização das assessorias técnicas;

nº 12.958/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sandra Helena, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto;

nº 12.959/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação averigüe denúncias apresentadas à Comissão de Direitos Humanos durante visita técnica à Comunidade Lamarão e ao Vale das Cancelas, Distrito de Grão-Mogol, em 20/6/2022, sobre a precariedade da frota de ônibus escolares, que estão sucateados, operando sem monitores e em condições inadequadas de segurança;

nº 12.960/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Grão-Mogol pedido de providências para que, em face das denúncias apresentadas à Comissão de Direitos Humanos, durante visita técnica à Comunidade Lamarão e ao Vale das Cancelas, Distrito de Grão Mogol, em 20/6/2022, se disponibilize adequado transporte de alunos da zona rural para acesso às escolas do município, por meio da frota de ônibus escolares que conte com a presença de monitores, bem como condições adequadas de segurança e conforto, evitando situações de risco para os usuários do serviço;

nº 12.961/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, pedido de providências para adoção das medidas cabíveis em relação às denúncias apresentadas à Comissão de Direitos Humanos, durante visita técnica, em 20/6/2022, à Comunidade Lamarão e ao Vale das Cancelas, Distrito de Grão-Mogol, sobre a realização de atividade de desmatamento e mineração, sem o devido licenciamento, nas imediações do território remanescente de comunidade quilombola de Peixe Bravo, no Município de Riacho dos Machados, a fim de empreender as medidas administrativas necessárias para coibir as ações em desacordo com o preconizado na legislação vigente sobre o tema.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os seguintes cidadãos presentes: Rogério Moreira dos Reis, diplomata civil, pastor e jornalista, Penélope Fontana, da Secretaria-Geral Estadual LGBTQIA+ do PT de Minas Gerais, e Maicon Chaves, da ABGLT. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os resultados da reunião entre o governo do Estado, as Prefeituras Municipais de Contagem e Betim e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, realizada em 28/7/2022, que buscava o consenso em relação à construção do rodoanel metropolitano.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 4/8/2022, a seguinte comunicação:

Do deputado Duarte Bechir em que notifica o falecimento de Maria das Graças Massote Furtado, ocorrido em 3/8/2022, em Campo Belo. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 4/8/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.347/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.349/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.350/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.402/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.403/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.404/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.405/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.622/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 1º/8/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a pedido, a partir de 8/8/2022, Júlia Gonçalves Mansur, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.